

AGORA É SALÁRIO!

Pagar em dia e ofertar salários dignos é possível, sim. Basta priorizar a educação.

30,04%

É a inflação acumulada desde novembro de 2014. Educadores(as) perderam **1/3** do poder de compra desde o último reajuste

R\$ 2 bi

ao ano é o custo estimado para a reposição de **28,78%**, reivindicação da Assembleia Geral de abril



ONDE ESTÁ O DINHEIRO?

R\$ 4,7 bi

é o crescimento das receitas do Estado em 2019 segundo relatório de execução orçamentária

R\$ 9,7 bi

é o que o Estado deixou de arrecadar em 2018 por conceder isenções fiscais sem qualquer transparência

R\$ 7,8 bi

é o que o Estado deixou de arrecadar em 2018 por não combater a sonegação fiscal

R\$ 58 bi

é o que o governo federal deve ao RS em repasses da Lei Kandir

27,3%

do orçamento do RS foi investido em educação em 2018. a constituição do estado prevê um mínimo de 35%

60,9%

dos recursos do Fundeb foram utilizados em 2018 para pagar salários, mas a lei permite utilizar 100%

R\$ 55 mi

é o que o governo pretende destinar em emendas para agradar deputados(as)

O QUE O CPERS ESTÁ FAZENDO?

INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO TCE NAS CONTAS DO ESTADO

Em agosto, protocolamos uma representação junto ao Tribunal de Contas do Estado. O documento questiona a política de arrocho salarial concentrando-se em três pontos:

1: CRIME DE DESOBEDIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Em 2015, o CPERS impetrou mandado de segurança contra o governo Sartori pelo parcelamento de salários. A liminar foi deferida pelo TJ e, desde então, o Estado descumpra a ordem judicial de pagar em dia.

2: GASTOS COM PUBLICIDADE

Contrariando recomendação do Ministério Público para a “restrição dos gastos com publicidade”, os valores investidos em propaganda aumentaram 173% entre 2015 e 2018. O orçamento de 2019 prevê R\$ 62,2 milhões para publicidade enquanto o total previsto para manutenção de escolas é de R\$ 83,1 milhões.

3: RENÚNCIAS FISCAIS

O total de renúncias em 2018 - sem qualquer transparência ou avaliação de resultados - chegou a R\$ 18,7 bilhões (R\$ 9,7 bi sobre as quais o Estado possui influência legislativa mais as perdas de ICMS com exportações e desonerações da Lei Kandir). É um valor criminoso para um Estado que não cumpre o mínimo das suas obrigações.

MESA DE NEGOCIAÇÃO

Após inúmeras tentativas frustradas de retomar a mesa interrompida pelo governo, a direção central do CPERS entregou, novamente, um ofício para discutir o reajuste no dia 3 de setembro. Mais uma vez, sem retorno.

EMENDAS AO ORÇAMENTO

O CPERS protocolou emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Plano Plurianual do governo, pleiteando a previsão de reajuste, a integralização do piso até o fim de 2020 e a garantia de 35% do orçamento para a educação. As quatro emendas apresentadas foram rejeitadas pela base de Leite na Assembleia Legislativa.

É PRECISO CONSTRUIR A GREVE!

Não há saída fora da luta coletiva. Somente uma greve maciça da categoria pode barrar o projeto de destruição da escola pública e os planos de Leite para atacar a previdência e a carreira dos educadores(as). **À LUTA!**